

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

Atos da Presidência:

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

ATO DO PRESIDENTE Nº 01/2000

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados: Ricardo Chab, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti, Augustinho Zucchi, Algaci Tulio, Antonio Belinati, Elio Lino Rusch, Antonio Baratter, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ademar Luiz Traiano, Tiago Amorim Novaes, Pastor Edson Praczyk, Beraldin, Geraldo Cartário, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Hermas Brandão, Chico Noroeste, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Albanor Gomes e Moysés Leônidas, na sessão do dia 03 de abril de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue fatos pertinentes ao narcotráfico e com o crime organizado no Estado do Paraná. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 12.04.2000.

ATO DO PRESIDENTE Nº 02/2000

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados: Ricardo Chab, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Antonio Belinati, Elio Lino Rusch, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães, Ademar Luiz Traiano, Tiago Amorim Novaes, Geraldo Cartário, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Hermas Brandão, Chico Noroeste, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, e Moysés Leônidas, na sessão do dia 03 de abril de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure fatos pertinentes a adulteração dos combustíveis, sonegação de impostos pelas distribuidoras de petróleo e postos de gasolina no Estado do Paraná. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 12.04.2000.

ATO DO PRESIDENTE Nº 03/2000

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados: Ricardo Chab, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Antonio Belinati, Elio Lino Rusch, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães, Ademar Luiz Traiano, Tiago Amorim Novaes, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, e Moysés Leônidas, na sessão do dia 03 de abril de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso geral da população. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 12.04.2000.

ATO DO PRESIDENTE Nº 04/2000

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados: Ricardo Chab, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Antonio Belinati, Elio Lino Rusch, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães, Ademar Luiz Traiano, Tiago Amorim Novaes, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Hermas Brandão, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, e Moysés Leônidas, na sessão do dia 03 de abril de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure fatos pertinentes aos medicamentos no Estado do Paraná. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.04.2000.

ATO DO PRESIDENTE Nº 05/2000

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados: Ricardo Chab, Duílio Genari, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Tony Garcia, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Antonio Belinati, Elio Lino Rusch, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães, Ademar Luiz Traiano, Tiago Amorim Novaes, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Chico

Noroeste, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Hermas Brandão, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, e Moysés Leônidas, na sessão do dia 03 de abril de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure fatos pertinentes com o roubo de carga no Estado do Paraná. Publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 007/2000

Curitiba, em 04.04.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na permuta de imóveis que o município de Toledo pretende fazer utilizando em tal procedimento imóvel que lhe foi doado pelo Estado do Paraná.

O plano de lei em referência, originário de solicitação formulada pelo senhor prefeito municipal de Toledo, através de Ofício nº 1.150/97, de 11 de novembro de 1997, consulta aos superiores interesses do Estado, eis que visa ensejar condições no sentido de que a municipalidade construa na área que receberá pela realização da permuta, prédios para acomodação de repartições públicas e instalação de outras obras que beneficiam a comunidade.

Vale ressaltar que, no texto do presente anteprojeto de lei, constam dispositivos expressos de que o município deverá cumprir as finalidades a que se destina o referenciado imóvel havido pela permuta, sob pena de automática incorporação do mesmo ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 077/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na permuta de imóvel que o município de Toledo pretende fazer, com área de sua propriedade, por área de particular.

§ 1º - O imóvel de propriedade do município de Toledo a ser permutado por área de particular, refere-se ao Lote nº 280 com área de 4.200,00 m², situado no distrito de Novo Sarandi, doado à municipalidade pelo Estado do Paraná em 1993, conforme o que consta da matrícula nº 35.361 no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício daquela Comarca.

§ 2º - O imóvel de propriedade de particular a ser permutado com o município de Toledo é designado por chácara nº 25. A com área de 10.000,00 m², situada também na sede do Distrito de Novo Sarandi, de propriedade do senhor Waldemar Janjar, estando devidamente matriculada sob nº 36.700 no mesmo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º - A área que passará a pertencer ao município de Toledo por ocasião da permuta, descrita no § 2º do artigo 1º desta lei, destina-se à edificação de prédios para a instalação de repartições públicas e para a instalação de outras obras em benefício da comunidade, ficando, ainda, gravada com a cláusula de inalienabilidade e de incorporação automática ao patrimônio estadual caso seja desvirtuada a destinação prevista.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 008/2000

Curitiba, em 14.04.2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da

Assembléia Legislativa.

Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de oito capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos Orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2001, estarão detalhadas segundo os Programas de Governo estabelecidos no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824 de 28 de dezembro de 1999.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA:

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2001.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824 de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

Capítulo II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado.

b) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- 00 - ordinário não vinculado;
- 05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;
- 12 - retorno do Prosam;
- 13 - títulos do Tesouro Estadual;
- 23 - renda do Fundo Penitenciário;
- 24 - multas e taxas de Saúde Pública - Funsaude;
- 25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;
- 26 - contribuições compulsórias para a Previdência Social;
- 27 - multas e taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
- 29 - taxas de Polícia - Funrespol;
- 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- 32 - pesquisa científica e tecnológica;
- 38 - taxa ambiental;
- 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
- 41 - retorno de programas especiais - FDU;
- 47 - receita decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

- 07 - Convênios com Órgãos Federais;
- 33 - Convênios com o Exterior.

Operações de crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

- 14 - operação de crédito interna - não vinculada;
- 20 - operação de crédito interna - vinculada;
- 30 - operação de crédito externa vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;
- 34 - operação de crédito externa vinculada - Prosam/BIRD;
- 35 - operação de crédito externa vinculada - PQE/BIRD;
- 36 - operação de crédito externa vinculada - Proem/BID;
- 37 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/BID;
- 40 - operação de crédito externa vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/OECF;
- 42 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/OECF;
- 44 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

- 16 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

- 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de outras fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- 50 - diretamente arrecadados;
- 51 - operação de crédito interna;
- 52 - operação de crédito externa;
- 53 - cota-parte das rendas das loterias estaduais;
- 54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
- 55 - transferência da União - SUS;
- 56 - reposição florestal - Serflor;
- 59 - diretamente arrecadados - superávit financeiro;
- 60 - operação de crédito interna - superávit financeiro;
- 61 - operação de crédito externa - superávit financeiro;
- 62 - cota-parte das rendas das loterias estaduais - superávit financeiro;
- 63 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran - superávit financeiro;
- 64 - aumento de capital social - superávit financeiro;
- 65 - convênios com órgãos federais - superávit financeiro;
- 66 - convênios com órgãos do Estado - superávit financeiro;

- 67 - convênios com o exterior - superávit financeiro;
- 68 - outros convênios - superávit financeiro;
- 69 - cota-parte da contribuição do salário educação - cota federal - superávit financeiro;
- 70 - aumento de capital social;
- 71 - diretamente arrecadados - excesso de arrecadação;
- 72 - operação de crédito interna - excesso de arrecadação;
- 73 - operação de crédito externa - excesso de arrecadação;
- 74 - cota-parte das rendas das loterias estaduais - excesso de arrecadação;
- 75 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran - excesso de arrecadação.
- 76 - aumento de capital social - excesso de arrecadação;
- 77 - convênios com órgãos federais - excesso de arrecadação;
- 78 - convênios com órgãos do Estado - excesso de arrecadação;
- 79 - convênios com o exterior - excesso de arrecadação;
- 80 - outros convênios - excesso de arrecadação;
- 81 - outros convênios com órgãos federais;
- 82 - convênios com órgãos do Estado;
- 83 - convênios com o exterior;
- 84 - outros convênios;
- 85 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Federal - excesso de arrecadação;
- 92 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, estado,

região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo VI contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Capítulo III

Das Diretrizes Gerais Para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão levar em conta os parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário - financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 10 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo	5,0%
- Poder Judiciário	8,5%
- Ministério Público	3,3%

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo serem atualizadas antes da execução orçamentária, mediante a aplicação de índice de variação de preços para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000 de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do artigo 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e

das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizados como operações especiais.

Art. 16 - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.912.691.000,00 (onze bilhões novecentos e doze milhões e seiscentos e noventa e um mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa em igual valor.

Art. 18 - A receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ - 1º - No anexo IV do Projeto de lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento,

só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão à Comissão de Sistematização de Precatórios, instituída através da Resolução Conjunta nº 04/99-PGE/SEFA, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número de ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme artigo 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 11 deste projeto de lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição

Estadual e com a Lei nº 12.020 de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamento nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 28 desta lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo - até 5%;

Secretaria da Chefia de gabinete do governador - até 2%;

Secretaria de Estado do Governo - até 1%;

Procuradoria Geral do Estado - até 1%;

Ouvidor Geral do Estado - até 1%;

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 4%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL - até 10%;

Secretaria de Estado da Administração - até 12%;

Secretaria de Estado da Fazenda - até 9%;

Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA - até 11%;

Secretaria de Estado de Obras Públicas - até 1%;

Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 1%;

Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 16%;

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - até 3%;

Secretaria de Estado da Saúde - até 20%;

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - até 6%;

Secretaria de Estado da Cultura - até 5%;

Secretaria de Estado da Criança e assuntos da família - até 6%;

Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - até 3%;

Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - até 5%;

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - até 6%;

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 15%;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 4%;

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - até 12%;

Secretaria de Estado dos Transportes - até 25%;

Secretaria Especial da Política Habitacional - até 10%;

Secretaria Especial para Assuntos de Previdência - até 2%;

Secretaria Especial para assuntos Estratégicos - até 1%.

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício e ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - São consideradas despesas inscritas em Restos a Pagar aquelas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício e aquelas despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de normas legais e contratos administrativos, convênio, ajuste, acordo e congênere, com outro ente da Federação, já assinado, publicado e em andamento.

Capítulo IV

Das Disposições Sobre as Alterações
na Legislação Tributária

Art. 29 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Capítulo V

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

Art. 31 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 33 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Capítulo VII

Disposições Transitórias

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo VIII

Demais Disposições

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.

Art. 38 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 221/2000, do senhor Gilberto Giacóia, procurador geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação do artigo 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 108/00, do senhor Jackson Proença Testa, reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade Estadual de Londrina, exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos representantes do Partido da Frente Liberal, PFL, bem como os referidos suplentes para comporem as seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito:

Dos Remédios: deputado Luiz Carlos Alborghetti, suplente: deputado Cleiton Kielse; deputado Elio Rusch, suplente: deputado Basílio Zanusso;

Dos Supermercados: deputado Durval Amaral, suplente deputado Nelson Garcia; deputado Plauto Miró, suplente deputado Elio Rusch;

Combustíveis: deputado Durval Amaral, suplente deputado Elio Rusch; deputado Nelson Garcia, suplente deputado Plauto Miró Guimarães.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) PALUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 232/99, item 08, em 1ª Discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 37/2.000 de autoria do deputado Edgar Bueno, ao Projeto de Lei nº 124/99 de autoria do deputado José Maria Ferreira, por tratar-se de matéria semelhante (autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA).

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) EDGAR BUENO

Apoioamento:

José Maria Ferreira

REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Geraldo Maffei ocorrido em 24 de abril, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Carlos Alberto Maffei e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Espírito Santo, 777 - CEP 855960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações e aplausos ao município

de Maripá pela passagem, no dia 17 de abril, do seu 10º aniversário de emancipação política.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo senhor Elizeu Spagnol, Prefeito Municipal bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa e profícua população de Maripá.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRC/PR, pela passagem do Dia do Contabilista, comemorada no dia 25 de abril.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, pela posse da nova diretoria, realizada em 30 de março.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da presente sessão, um voto de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes - DCE, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, pela posse da nova diretoria, realizada em 12 de abril.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao senhor Neri Leopoldo Rodrigues e a senhora Maria Sueli Rodrigues, bem como a todos os familiares, pela comemoração das bodas de ouro do casal.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Numa época extremamente difícil aonde o mundo indica para o fortalecimento de outros valores, o casal Neri Leopoldo e Maria Sueli Rodrigues, dá um verdadeiro exemplo de vida, comemorando juntamente com sua família e amigos a passagem de cinquenta anos de vida conjugal.

Todos sabemos que a família é a *celula mater* da sociedade. Se a sociedade é constituída de famílias baseadas no princípio da perseverança, honradez e seriedade, com certeza terá sucesso e a criminalidade passará por longe. É por demais necessário prestar uma justa homenagem a pessoas que souberam ultrapassar um a um os problemas que a vida apresenta no cotidiano. As pessoas que vencem e quando chegam a um certo estágio da vida podem perfeitamente olhar para traz e dizer que valeu a pena. Que nem tudo é um mar de rosas, mas com obstinação e coragem é possível construir uma vida de respeito e que se torne um verdadeiro exemplo não só para os familiares mas como para toda a sociedade.

Maria Sueli e Neri Leopoldo, merecem esta homenagem pois seguiram os princípios cristãos e durante toda essa caminhada souberam granjear a amizade, consideração e respeito de toda a comunidade. Evidentemente que quem mais comemorou e se alegrou com a solenidade dos cinquenta anos de união, foram os familiares, que sentindo muito orgulho deixaram extravasar a felicidade e emoção pela conquista dos pais.

Esta Assembléia Legislativa quer também prestar sua justa homenagem ao casal, registrando a passagem nos Anais da história, para que sirva de exemplo à posteridade.

REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao Excelentíssimo senhor doutor Leonardo Pacheco Lustosa, pela sua investidura como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Leonardo Pacheco Lustosa.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O desembargador Leonardo Pacheco Lustosa, nasceu em Clevelândia.

Em janeiro de 1969, foi nomeado juiz substituto de Cruzeiro do Oeste. No mesmo ano, passou a exercer o cargo de juiz de direito da comarca de Palmas.

Atuou na 2ª Vara Criminal de Umuarama e nas comarcas de Guarapuava e Ponta Grossa. Em março de 1981, foi promovido para a comarca de Curitiba, atuando como juiz nas Varas Cíveis, Fazenda Pública e da Família. Em agosto de 1990, foi para o Tribunal de

Alçada, onde atuou na 7ª Câmara Cível e na 3ª Câmara Criminal. Também foi professor na Escola da Magistratura do Paraná.

É para nós paranaenses, muito especialmente para a população de Clevelândia, um dia de gala, este momento em que festejamos a nomeação do doutor Leonardo Pacheco Lustosa, como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Saudar o eminente desembargador é qualquer coisa de tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa.

A justiça para ser eficiente precisa de sacerdotes. E esses são os juízes.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só os heróis podem abraçar-lo.

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

E aí do povo que assim não considerar aqueles aos quais está afeta a distribuição da justiça.

É pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao eminente desembargador Leonardo Pacheco Lustosa, toda a sorte de felicidade.

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de leis, REQUER, à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão ordinária de voto de congratulações pelo “Dia Nacional do Índio”, comemorado em data de 19 de abril.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Estima-se entre um milhão e cinco milhões o número de índios que viviam no Brasil em 1500, à época do descobrimento do Brasil. Esse número foi obtido tornando-se por base o ocorrido no antigo México e Peru, onde o decréscimo da população nativa foi de vinte a um, ou seja, de cada 20 indivíduo restou apenas um. Considerando-se que a população indígena do Brasil, em 1980, era de 227.800 pessoas e multiplicando-se esse número por 20, chega-se a 4.556.000 índios em 1500. Essa estimativa é extremamente modesta se considerarmos que o cálculo de Pierre Clastre para a população Guaraní é de 1.404.000, num território de 350.000 km², que abrange o Paraguai, o norte da Argentina e o sul do Brasil se ter uma idéia do que isso representa, basta levar em conta que a população atual do Paraguai é de cerca de 3 milhões de habitantes para um território de 407.000 km².

Diferentes entre si e também da sociedade nacional, os índios brasileiros totalizam cerca de 220 sociedades indígenas que falam 170 idiomas distintos. Cada grupo caracteriza-se por usos, costumes e culturas próprios, habilidades, organização social, crenças, filosofia e estética peculiares. Também não constituem um todo homogêneo. As diferenças físicas podem ser bem expressivas, mesmo entre os integrantes de uma mesma comunidade, em decorrência do hábito de acasalamento entre diferentes etnias.

Muitos acreditam que o Tupi é a língua falada pelos índios brasileiros. Essa idéia equivocada surgiu com a chegada dos conquistadores portugueses ao Brasil, onde encontraram o litoral habitado por índios que, em sua maioria, falavam a língua Tupi. Aliás, essa foi a primeira língua nativa que os missionários aprenderam no Brasil. Nas crônicas da época predominaram, também, as informações sobre os índios Tupi. Daí a idéia falsa, de que essa é a língua falada por todos os índios brasileiros.

Na verdade é surpreendente a variedade e riqueza das línguas faladas pelos índios do Brasil. A primeira classificação dividia as línguas indígenas em Tupi e Tapuya e vigorou até o século passado, quando Von Martius demonstrou que as línguas Tapuya não formavam um conjunto homogêneo. Hoje as línguas indígenas classificam-se em dois troncos: o Tupi, com sete famílias linguísticas e que envolve o Tupi-Guarani e o Macrojê, composta de cinco famílias entre elas o Jê. Existem, ainda, outros grupos não incluídos nestes troncos: o Aruák, o Karib e o Arawá, as três maiores. Além dessas o Guaikurú, Nambikwára, Txapakúpa, Páno, Múra, Katukina, Tukáno, Makú e Yonomami, nove famílias menores, e cerca de dez línguas isoladas, com características únicas, que não se enquadram nas classificações de troncos e famílias existentes. Um exemplo, é a língua Tikúna, falada por 28.000 índios no Estado do Amazonas.

Os estudos etnológicos dividem os índios em áreas culturais, assim chamadas as regiões que apresentam homogeneidade sobre certos costumes e artefatos que as caracterizam. De acordo com essa classificação são onze as áreas culturais: Norte-Amazônica, Juruá-Purus; Guaporé; Tapajós-Madeira; Alto-Xingu; Tocantins-Xingu; Pindaré-Gurupi; Paraguai; Paraná; Tietê-Uruguaí e Nordeste. Essa classificação refere-se apenas às sociedades indígenas brasileiras do século XX, não incluindo os Tupinambá, os Kaeté e os Goitaká, grupos exterminados antes do começo deste século.

Os métodos utilizados pelos índios brasileiros para explorar os recursos naturais de suas terras, comprovam ainda hoje um relacionamento harmonioso entre o homem e o meio ambiente. Na luta pela sobrevivência eles caçam, pescam, plantam, coletam e criam animais. Eles fabricam armas de caça, armadilhas, canoas, potes e cestos, que utilizam para produzir, transportar, guardar ou conservar os alimentos. Até hoje esse trabalho garante a sobrevivência dos índios do Brasil.

A atividade tipicamente masculina em todas as Sociedades Indígenas a caçada, em grupo ou individual, é considerada um trabalho pelos índios, que dela dependem para terem alimentos ricos em proteína. As técnicas por eles utilizadas variam de acordo com os Grupos Indígenas e com o animal a ser caçado. Assim, os índios se valem da ajuda de cães para caçar, utilizam o fogo para obrigar o animal a sair da toca ou, ainda, constroem abrigos no alto das árvores, onde o caçador espera a caça, para abatê-la.

Hábeis caçadores, os índios conhecem bem os hábitos dos animais, as espécies que andam de dia e aqueles que saem à noite, os locais onde se escondem e as frutas que apreciam. Entretanto, nem todos os grupos indígenas dão a mesma importância à caça. Alguns preferem a pesca, a exemplo dos índios do Alto-Xingu. Em contrapartida, os índios Timbira dão grande valor à carne da caça e organizam caçadas coletivas com frequência, enquanto os Mawé preferem caçar individualmente.

O contato com o mundo civilizado alterou as técnicas utilizadas pelos índios para caçar. A introdução das armas de fogo e do cão tornaram as caçadas mais eficazes, não só à procura da carne para comer, mas do couro e das penas, produtos que podem ser utilizados na confecção de artesanatos.

A atividade da pesca e sua importância entre os índios também varia de grupo para grupo. São inúmeras as técnicas utilizadas para pescar, merecendo destaque o uso de vegetais que têm a propriedade de matar ou atordoar os peixes, como o Timbó ou o Tingui. A pesca com vegetais é sempre feita em conjunto. Os índios pescam, ainda, com as mãos ou abatem os peixes com flechas de ponta de osso ou a golpes de facão. Na pesca também podem ser utilizadas armadilhas, feitas com cestos cilíndricos, esteiras de talos em forma de cercado de varetas, além de jiraus, construídos junto a pequenas quedas d'água. Hoje é comum o uso de anzóis de metal, técnica adotada depois do contato com os civilizados.

Bastante apreciado por alguns grupos indígenas, o peixe é mosqueado assado e defumado em fogo lento. Com ele os índios também fazem farinha, socando no pilão o peixe moqueado que, depois, é torrado no forno.

A prática da coleta é comum entre os Grupos Indígenas que não conhecem a agricultura, para os quais essa atividade torna-se a única maneira de encontrar alimento vegetal. Assim os índios procuram frutos, caules e raízes vegetais nativos ou seja, não cultivados. A coleta, entretanto, não se limita apenas aos vegetais, incluindo a procura de animais minúsculos com larvas, algumas espécies de formigas, gafanhotos, além de mel e ovos de tartarugas, entre outros produtos. Por meio dessa atividade os índios obtêm, ainda, a matéria-prima necessária à confecção de inúmeros produtos como plantas medicinais, canas para o preparo de flechas, fibras para fazer cordas, timbó utilizado na pesca, cera, resinas e cal, para a pintura corporal.

Na maior parte das Sociedades Indígenas do Brasil pratica a agricultura em terras florestais. No período da seca os índios derrubam a mata e limpam o terreno destinado à lavoura. Depois de secos os galhos e troncos caídos são queimados e o terreno está pronto para a semeadura. O plantio é feito nas primeiras chuvas e as plantas crescem misturadas, embora não sejam plantadas na mesma época. É a chamada agricultura de coivara, comum também entre os “civilizados” que vivem no interior.

Quando o terreno já não produz o necessário para a subsistência, os índios derrubam outros trechos da floresta e assim sucessivamente. Com isso migram cada vez para mais longe. Ao contrário do que muitos pensam, os índios não são predadores e retiram do solo apenas o necessário, só retornando a plantar no local de origem quando a mata volta a se formar naturalmente.

O uso de facões, machados e enxadas é comum entre a maioria dos grupos indígenas. Antes da introdução dessas ferramentas, os índios usavam machados de pedra para derrubar as árvores e, na semeadura, perfuravam o solo com paus pontudos, chamado “bastão de cavar”. Para o plantio os grupos indígenas agricultores preferem, em geral, a mandioca, a batata doce, a abóbora, o cará, as diversas qualidades de milho, a fava, a pimenta, a cana-de-açúcar, o algodão, o inhame, o ananás, a banana e o tabaco.

Depois do contato com a civilização tornou-se comum, entre diversos grupos indígenas, criar animais domésticos como galinhas, patos, porcos e até bovinos, para o consumo da carne. Mesmo antes os índios já capturavam filhote de araras, papagaio, macacos e grande variedade de pássaro, para criá-los como bichos de estimação. O homem civilizado introduziu entre as Sociedades Indígenas o cachorro, hoje indispensável à caça, alterando as técnicas até então utilizadas pelos índios nas caçadas.

Também hábeis artesão, os índios produzem diversos tipos de artefatos para atender suas necessidades cotidianas e rituais, que assumem, hoje, o importante papel de gerador de recursos financeiros, beneficiando as comunidades com uma renda complementar. Assim surgem fantásticos trançados que tomam a forma de cestos, bolsas e esteiras, moldam a cerâmica que dá origem a painéis e esculturas, entalham a madeira da qual nascem armas, instrumentos musicais, máscaras e esculturas, além das plumárias e adornos de materiais diversos como cocos, sementes, unhas, ossos, conchas que, com habilidade e tecnologia, são transformados em verdadeiras obras de arte.

Segundo o Censo da Funai de 1995 há no Brasil 325.652 índios, e no Paraná, de acordo com essa contagem há 7.921 índios das nações Guarani-Nhandeva, Guarani M'Biá, Kaingang e Xetá.

Apesar da riqueza cultural dos índios e de serem os primeiros habitantes da nossa terra, a docilidade desse povo facilitou a quase extinção dessa raça. Hoje são poucos e protegidos por leis que não conseguem evitar que

interesses econômicos tornem as terras indígenas alvo de investidas predadoras.

REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de aplauso e congratulações à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Rua Desembargador Motta, 3384 - Curitiba), pela conquista do título ISO-9002.

Sala de Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos acaba de conquistar o certificado de qualidade ISO-9002, conferido pelo Tecpar.

Este título, de reconhecimento nacional e internacional coloca o Paraná, na área do Meio Ambiente, como referência em termos de qualificação organizacional, o que, ao lado da elaboração e execução de bons projetos de área ambiental, nos dará credibilidade junto aos organismos de todo o mundo como parceiros das ações ambientais do Estado.

A obtenção deste título é o resultado de um trabalho muito árduo, meses a fio, quando foi possível acompanhar e avaliar o alto espírito de dedicação, profissionalismo e equipe demonstrados pelos funcionários da Sema, imprescindíveis para a conquista deste troféu.

Pela conquista do prêmio, receba a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através de seu secretário Hitoshi Nakamura, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de aplauso e congratulações à Escola Epheta (Rua Bento Viana, 765 - Água Verde), pela comemoração de seus 50 anos.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Epheta está comemorando seus 50 anos de existência. O significado de seu nome - muito apropriado - é abrir em hebraico.

Atualmente atendendo 195 deficientes auditivos na faixa etária de 0 a 18 anos, é uma entidade articular-filantrópica mantida pelo governo do Estado e por doações de associações. O trabalho da Escola envolve a audição e a fala e além de abordar a deficiência física, a equipe de fonoaudiólogos, psicólogos e médicos desenvolve com as crianças e adolescentes temas como discriminação e orientação sexual.

Dentro do objetivo da escola oportunizar ao deficiente auditivo o acesso à educação e habilitação da educação e da fala visando a sua integração social, competência no trabalho e exercício da cidadania a escola criou o projeto de "Qualidade Total", através do qual, o aluno é levado a ter contato com todos os segmentos da sociedade, tirando-o da condição de deficiente.

Pela comemoração de seus 50 gloriosos anos, receba a Escola Epheta, através de sua diretoria abaixo discriminada, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

DIRETORIA:

presidente	Anice Jamil A Messmar
vice-presidente	Gislene de Oliveira Machado
1ª secretária	Karla Christina Maron Coelho
2ª secretária	Maria Odete Senff
1ª tesoureira	Iara D'Albuquerque Maron
2ª tesoureira	Elizabeth Fraga S. Canto
relações públicas	Giselle Macedo Goedert
coordenadoria	Maria Inês Favetti de Carvalho
presidente de honra	Cyrene Ribas Diniz

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Militar de Curitiba (Praça Conselheiro Thomas Coelho s/n - Tarumã -Curitiba), pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, em 24.04.2.000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Militar de Curitiba está comemorando seus 41 anos de fundação. Inaugurado oficialmente no dia 21 de abril de 1959, quando o tenente-coronel Alípio Ayres de Carvalho recebeu nos portões, o governador Moysés Lupion, entre outras autoridades. O regime escolar era, na época, de internato e semi-internato.

O idéia original era que o colégio fosse localizado no bairro do Pinheirinho, onde, atualmente, funciona o quartel-general (QG), mas essa região foi considerada distante demais do centro da cidade. Então o governo do Estado decidiu pela doação de um terreno situado no bairro Tarumã, que, em 1953, foi o local destinado a uma exposição do Centenário da Emancipação do Paraná.

Enquanto se realizavam as reformas no Tarumã, o colégio funcionou em uma sala separada por armários, na 5ª Seção do Estado-Maior do Quartel General da 5ª Região Militar/Divisão do Exército (RM/DE), situado na época na Rua Carlos Cavalcanti.

Pela comemoração de seus gloriosos 41 anos, receba o Colégio Militar de Curitiba, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Academia Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos ao seu 1º ano de fundação, comemorado na data de hoje.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente doutor Braz de Freitas Fernandes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356, CEP 80210-060 -Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Faculdade de Medicina Veterinária da UEL, alusivos à obtenção de conceito A nas três edições do Provão -MEC.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao chefe do Departamento de Medicina Veterinária Doutor Antônio Carlos Farias dos Reis e ao Chefe do Departamento de Clínica Veterinária Doutor Hélio Silva Autran de Moraes, através de correspondência a ser encaminhada ao Campus Universitário da UEL - Centro de Ciências Agrárias, Caixa Postal 6001, CEP 86651-990 - Londrina -Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja enviado ao doutor Carlos Frederico Marés, ex-presidente da Funai, votos de solidariedade, pela postura tomada frente às comemorações dos 500 anos do Brasil.

O doutor Marés, até o final da semana passada ocupava o cargo de presidente da Fundação Nacional do Índio -Funai, contudo, após a ação violenta da Polícia Militar da Bahia, reprimindo a manifestação legítima dos povos indígenas, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil, renunciou ao cargo por não concordar

com tal prática, que relembra os tempos de ditadura militar, onde as manifestações populares eram dispersadas a cacete.

Tais práticas golpeiam profundamente a jovem democracia brasileira, e jamais podemos nos curvar diante de tais expedientes. Por isso, nos solidarizamos ao doutor Carlos Frederico Marés, pelo inconformismo e repúdio a tais atos, ao tempo que protestamos contra toda e qualquer prática impeditiva à livre manifestação popular, especialmente dos povos indígenas, que são espoliados a 500 anos neste país.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Angelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Pércles Mello, Edgar Bueno, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Edson Strapasson.

REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação e a senhora Denize Margareth Basgal, diretora da Fundepar, para que seja liberado com a máxima urgência, a reforma na instalação elétrica do bloco 2, do Colégio Estadual Castro Alves, Ensino Fundamental e Médio do município de Maripá.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a senhora Analice Nogueira A.Pandini, diretora do Colégio Estadual Castro Alves, senhora vereadora Rosani Maria Roos Scharf e senhora vereadora Verônica Hartmann, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Maripá -CEP 85955-000 Maripá-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a liberação da reforma na instalação elétrica do bloco 2, do Colégio Estadual Castro Alves -Ensino Fundamental e Médio, no município de Maripá, pois ocorreu há poucos dias, um curto circuito na instalação que encontra-se em péssimas condições, trazendo sobremaneira preocupações aos alunos, professores e funcionários.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido

de atender o pedido da senhora Verônica Crisan, residente à Rua Joaquim Inácio de Souza nº 608 - Cidade Jardim, que solicita a implantação de anti-pó na rua em que reside. Ela afirma que todas as ruas encontram-se em péssimo estado e necessitam de anti-pó. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 383-9805.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Mirian Aparecida Belo de Souza, residente à rua Fortaleza nº 103 - jardim Jalisco, que pede a troca da Lâmpada queimada do poste sito em frente à sua residência. Há muito tempo a lâmpada encontra-se queimada, tornado o local muito escuro e favorecendo o risco de assaltos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 256-9688.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas proximidades da ciclovia que margeia a rua Flávio Dallegrave e Avenida Anita Garibaldi - bairro do Ahú, em frente ao Colégio Estadual Angelo Gusso, tendo em vista que à noite desocupados, viciados, assaltantes, inclusive traficantes de drogas, lá se reúnem e causam medo e apreensão para a comunidade. Eles ficam atrás das residências e os moradores estão apavorados. Pedem urgência no atendimento do presente, a fim de proporcionar segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Jardim São José - município de Colombo, mais especificamente na rua Guarapuava. À noite desocupados ficam pelas ruas apedrejando as residências e causando medo e apreensão aos moradores. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Edna Santos Alves de Oliveira, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 610.247.169-53 em 15.03.94. O endereço para instalação é Rua Reinaldo Issberner nº 06 - Vilas Oficinas - bairro Cajuru. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 267-2119 - recados com Rosi.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Administração, senhora Maria Elisa Paciornik, solicitando cópia dos contratos de locação de veículos, celebrados entre o Estado do Paraná e as empresas Ouro Verde Transporte e Locação e Comércio Transporte e Locações de Veículos Ltda. - Cotrans, cópia de Termo Administrativo que regulamenta o recebimento, uso e devolução dos veículos locados e, cópia do Termo de devolução ou entrega do veículo apreendido pela Polícia Civil de Santa Catarina (de propriedade da empresa Ouro Verde), caracterizado como da Polícia Civil paranaense, realizando uma escolta irregular de carga.

Os documentos ora solicitados se fazem necessários para averiguar os fatos envolvendo a locação de veículos pelo Estado junto às empresas de locação, bem como averiguar o uso irregular em atividades não características do setor de segurança pública.

Por fim, cumpre destacar que a informação prestada extra-oficialmente pela SEAD em data de 04 de abril deste ano, revela-se insuficiente para esclarecer a situação objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de liberação de recursos da ordem de R\$5.000,00, através do Programa Comunidade Solidária, para reparos no equipamento vaca mecânica do município de Conselheiro Mairinck, protocolada sob nº 4.314.479-7.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Provopar, reforçando solicitação de doação de materiais apreendidos pela Receita Federal para realização de bazar beneficente para o Provopar Municipal do município de Conselheiro Mairinck, protocolada sob nº 4.314.396-4.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos Anais desta Casa de Leis, do pronunciamento do doutor Marco Antonio Teixeira, na ocasião de sua posse como novo procurador geral de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos Anais desta Casa de Leis, a Nota de Esclarecimento do doutor Marco Antonio Teixeira - procurador geral de Justiça do Paraná - publicada nos jornais do Estado do Paraná recentemente.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 117/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedada a instalação, colocação, permanência ou o uso de equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou similares, em bares, restaurantes, lanchonetes e qualquer estabelecimento comercial ou público no território do Estado do Paraná.

Art. 2º - É vedada às autoridades, a concessão de licenças, alvarás ou autorização para exploração ou instalação destes equipamentos no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

É visível na Sociedade Paranaense, o uso de equipamentos eletrônicos em estabelecimentos comerciais, facilitando o acesso de jovens adolescentes ao jogos de azar que os introduz a iniciação no vício da jogatina, e nas drogas lícitas tais como: cigarro, bebidas alcoólicas e outros tipos de substâncias tóxicas.

Sabe-se que o pouco contingente de conselheiros tutelares e autoridades policiais, contribuem para a proliferação e permanência de menores até altas horas da madrugada nestes estabelecimentos.

Com certeza, preservar a infância, a adolescência e a família, é assegurar o futuro da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 118/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Exclusiva Educativa, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Exclusiva Educativa, é uma entidade de natureza privada, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, com o objetivo de construir a cidadania, através do desenvolvimento social, moral, cívico e cultural, abrangendo o esporte e o turismo.

Para atingir seus objetivos, propõe-se a desenvolver as seguintes atividades: implantar livrarias; patrocinar filmes ou eventos cinematográficos; editar revistas e livros; desenvolver programa radiofônicos abrangendo temas sociais, culturais e educativos, sempre atendendo aos princípios cristãos e de preservação do nacionalismo pátrio; promover e divulgar através de programas de ra-diodifusão as potencialidades artísticas, eventos e/ou programas de interesse da comunidade da região; articula-se com instituições congêneres e especializadas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando o intercâmbio de programas que se adaptem aos objetivos de sua linha programática, bem como para prestar e receber assistência técnica e subsídios para a produção.

Seus diretores não são remunerados, conforme o previsto no artigo 15 dos seus estatutos.

Suas fontes de renda são aquelas consideradas pelo artigo 9 dos estatutos da entidade que estão anexados ao presente projeto.

Considerando-se o acima exposto, solicito o devido apoio e aprovação pelos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 119/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - Sintrapesca, com sede e foro no município de Guaratuba

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sintrapesca - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca, de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba, localizado naquele município tem realizado um trabalho relevante junto às famílias de pescadores associados.

Com assistência jurídica gratuita, tem prestado atendimento aos que necessitam desta área de atuação, possuindo ainda convênio farmácia, o que muito tem beneficiados seus associados.

A Diretoria do Sintrapesca realiza diversas campanhas, arrecadando doações de roupas e calçados, material este repassado às famílias dos associados a preços simbólicos. Além dessas campanhas, o Sintrapesca auxilia com alimentação as famílias mais carentes, que não têm onde se socorrer.

Todo este trabalho realizado, configura a Instituição Sintrapesca como assistencial, pois os serviços prestados são muito relevantes àqueles que a ele se associaram, em busca de um objetivo comum.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consultamos o PSB, PFL, PST se farão uso do seu horário.

(Declinam)

No horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, ocupo a tribuna no horário do meu Partido, o PMDB, não para trazer até uma posição da nossa bancada peemedebista, mas trazer a posição de alguns parlamentares com quem tivemos oportunidade de conversar durante o dia de hoje. Digo que não é uma questão fechada porque não foi reunida a nossa Bancada para deliberar sobre este tema que vamos abordar, aqui. E este assunto que nós vamos tratar aqui, hoje, tem muito a ver com aquilo que aconte-

ceu nesta Casa na última quarta-feira, em Sessão Solene presidida por Vossa Excelência, deputado Nelson Justus, onde prestou-se uma homenagem à comunidade indígena, aos nossos irmãos indígenas do Estado do Paraná, naquela oportunidade representados pela comunidade Caigangue, pela comunidade Guarani e por representantes dos índios Chetá.

A Assembléia viveu, sem sombra de dúvidas, na última quarta-feira, a partir das 18 horas, já que a sessão teve seu início retardado, por cerca de uma hora, em função de que o ônibus que transportava os indígenas até a Assembléia Legislativa quebrou e um novo mecanismo de transporte foi providenciado. Então, a partir das 18 horas, com as apresentações artísticas, com os cantos indígenas aqui apresentados, com as danças, demonstrações pronunciamentos do assessor paranaense para assuntos indígenas. Edívio Batistelli, do presidente do Conselho Indígenas do Paraná, Pedro Seg Seg, pudemos todos nós, aqueles que aqui estavam e os deputados, pudemos todos sentir que evidentemente pouco ou quase nada, eu diria, temos feito nós, enquanto parlamentares, em favor das comunidades indígenas, pouco ou quase nada têm feito os governos, de um modo geral, em favor das nações indígenas e dos povos indígenas existentes no Estado do Paraná.

E a razão de'u vir à tribuna no dia de hoje é porque os jornais de ontem, de hoje, espelham e traduzem com grande amplitude o descaso e a repreensão, até, que mereceram os indígenas deste País, por ocasião da comemoração dos 500 anos.

A comemoração dos 500 anos, levada a efeito pelo governo federal na cidade de Porto Seguro, conduzida e organizada pelo ministro do Paraná, Rafael Greca, na minha avaliação não foi completa esta organização. Pecou o governo federal a partir do momento em que temendo talvez algumas manifestações que pudessem tirar aquele brilho, aquela perfumaria toda que se preparou para a comemoração dos 500 anos impediram a presença da comunidade indígenas, foram impedidos de comparecer a esta comemoração, alguns chegaram até a ser agredidos fisicamente, segundo relatos que trazem os jornais e que apresenta também o rádio e a televisão, e eu entendo que isto é lamentável. Não podia, portanto, senhor presidente, depois de ter vivido aqui momentos de grande elevação espiritual, vivido momentos de engrandecimento desta Assembléia Legislativa que abriu suas portas, o seu plenário principal para que os índios do Paraná aqui, de forma ordeira, de forma elegante, de forma inteligente pudessem trazer e apresentar seus sentimentos, eu não poderia me calar vendo e ouvindo aquilo que vi e ouvi neste final de semana a respeito da desconsideração, a respeito da agressão até que praticou o governo do Brasil em relação aos índios do nosso País por ocasião da comemoração dos 500 anos. Lamento profundamente o que aconteceu e tenho que me solidarizar com o doutor Carlos Frederico Maressi que não satisfeito na condição de presidente da Fundação Nacional do Índio,

não satisfeito com aquilo que viu e assistiu, a reprimenda que se colocou sobre a comunidade indígena, houve por bem pedir afastamento do cargo.

O Sr. Caíto Quintana

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, Vossa Excelência como sempre fez está a tornar público por todos nós o motivo que me fez pensar, inclusive, em fazer um requerimento. Mas eu acho que não é o requerimento, deputado Pessuti, que iria demonstrar a solidariedade de paranaenses entre os quais nós pela atitude do doutor Maressi. Lamentavelmente incidentes aconteceram com aqueles que não poderia acontecer, com o índio. Pode ter lideranças insuflando movimentos, mas índios, a consideração por eles sempre foi diferenciada e o País o faz até pela existência da Funai e o desprendimento do doutor Maressi em pedir afastamento do cargo em razão do não respeito da comunidade indígena o credencia para continuar a fazer o que sempre fez, de falar em nome do índio brasileiro.

Esta Casa precisa saber que o doutor Maressi, sem exercer cargo algum na Funai ou em qualquer entidade de índios do nosso País, é um conferencista reconhecido internacionalmente na questão do índio, chegou a morar em reservas indígenas e por esta razão foi indicado para a Funai e acho que é mais uma das reservas morais que o setor indigenista do País passa a contar é exatamente o doutor Maressi por este seu desprendimento ao cargo e a sua convicção do tratamento diferenciado ao índio.

Então, eu parabenizo Vossa Excelência que eu sei fala em nosso nome e eu acredito que atos como este sim, estes são atos de defesa paranista, estes são atos de paranaenses que orgulham o nosso Estado pela prática daquilo que acreditam. Parabéns, deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço, deputado Caíto, a sua manifestação e é evidente que conhecendo como conhece Vossa Excelência a história de vida e de trabalho do doutor Carlos Frederico Maressi, Vossa Excelência fala com fundamentação, porque, sem sombra de dúvida, o doutor Maressi é um dos que mais se dedica a causa indígena neste País.

O Sr. Péricles Mello

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Obrigado, deputado Pessuti, quero manifestar a minha solidariedade e a da bancada do PT ao seu pronunciamento. É uma vergonha nacional, que justamente no dia em que se comemora os 500 anos do Brasil, o governo brasileiro, através da repressão haja dessa forma, contra aqueles que foram oprimidos durante cinco séculos. Um movimento pacífico, digno e justo. Acho que temos que de ouvir todas as vozes na comemoração dos

500 anos e não apenas a voz do oficialismo, que esconde a verdade histórica do nosso País.

Cumprimento ao senhor e quero também prestar a nossa solidariedade ao nosso amigo Marés, pessoa a quem respeitamos e conhecemos há bastante tempo, sabemos do seu trabalho e dedicação a causa dos povos indígenas. Ele mostra com essa atitude a sua dignidade e a verdade da causa que sustenta. Parabéns ao senhor e a nossa solidariedade ao Marés.

Aproveitar, deputado Orlando Pessuti, para dizer que isso mostra mais uma vez a importância e temos a esperança de aprovarmos o Conselho dos Povos Indígenas do Paraná, o seu gabinete nesta Casa. Tenho certeza que esse gabinete, pela importância que tem, será aprovado pelo voto de todos os deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o deputado Péricles e termino essa nossa manifestação, senhor presidente, dizendo mais uma vez do sentimento de descontentamento, que me moveu neste final de semana, quando acompanhando pelo rádio, pela televisão e pelos jornais, assistia a todas essas barreiras e obstáculos, que se colocaram à comunidade indígena, pela ocasião da comemoração dos 500 anos. Entendo que tudo poderia se barrar e impedir, menos a presença da comunidade indígena, tão já pisada e massacrada por todos nós.

Nós que aqui tivemos a oportunidade de quarta-feira, de estar com a comunidade indígena, ouvir o pronunciamento de Vossa Excelência, do Pedro Seg-Seg, do Edívio Battistelli e ouvir, posteriormente, a manifestação de companheiros que aqui estavam, dos deputados Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Hidekazu Takayama e do Pastor Edson Praczyk, que acompanharam também àquela sessão, de ouvir todos, posteriormente à Sessão Solene, em homenagem à comunidade indígena. Eu, pessoalmente, não me contentaria se não viesse aqui, para manifestar a minha desaprovação a essa postura do governo federal, em impedir a presença da comunidade indígena no festejo dos 500 anos.

E não vir aqui para cumprimentar e enaltecer a postura ética do doutor Carlos Frederico Marés, que ao não concordar com ato praticado pelo seu governo, demite-se de sua função, para demonstrar do lado que ele está.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB;

PTD. Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

No próximo dia primeiro de maio, o Brasil todo irá ter a oportunidade de ter uma vez mais o movimento dos

caminhoneiros desse Brasil, repudiando não só a sistemática que foi implantada no Paraná, com a privatização das estradas, mas, em todo o território brasileiro, dando uma mostra do sentido que foi feito contra a família brasileira, nas privatizações das estradas do nosso Brasil.

Particularmente aqui, no Paraná, sabemos com conhecimento profundo do que é que ocorreu em solo paranístico. E quando vemos em jornais de circulação nacional, em artigos como o do Milton Ivan, que traduz aquilo que todos sentimos e que procura, de uma forma ou de outra, informar aos menos avisados e, principalmente àqueles que dão sustentação a uma causa na qual o interesse da família paranaense não é colocado em primeiro plano e sim a família dos concessionários. Temos o dever, senhor presidente e senhores deputados, de transcrever nos Anais desta Casa, o seguinte artigo.

(Lê):

“Procuradoria confirma ação contra pedágio

A juíza Silvia Regina Salau Brollo da 1ª Vara da Justiça Federal em Curitiba deve manifestar-se até o primeiro dia útil após o domingo de Páscoa (23), sobre a petição da Procuradoria da República no Paraná, que arguiu a nulidade do aumento de tarifas do pedágio que entrou em vigor no dia 27 de março último. Foram majoradas as tarifas do anel de integração em 112% para automóveis, utilitários e ônibus e em 76% para caminhões após um acordo entre o governo do Estado e as concessionárias. O acordo foi homologado pela juíza da 1ª Vara mas ainda não transitou em julgado, estando na dependência de publicação no Diário Oficial. Assim, se a juíza acolher a petição da Procuradoria, a homologação do acordo entre o governo e as concessionárias estará automaticamente revogada.

Entrando no processo a Procuradoria da República no Paraná, representada por Fernando José Araújo Ferreira, Januário Paludo e Carlos Fernando dos Santos Lima terá oportunidade de examinar a legalidade de todo o processo de privatização de rodovias no Paraná, já que os contratos foram assinados com validade ao longo de 25 anos. Há dúvidas fundadas sobre o valor das tarifas fixadas, já que ninguém conhece os critérios do DER nem as planilhas de custo foram divulgadas, o que deu margem a denúncias da oposição na Assembléia Legislativa a respeito de “superfaturamentos”, com base em estudos realizados por alguns técnicos a pedido do deputado Péricles de Holleben Mello do PT. E um argumento levantado pela Oposição, que calou fundo e acabou motivando alguns deputados da base de sustentação do governo a apresentar projetos revogando todas as concessões, foi o da inexistência de uma lei que autorize as empresas a efetuar a cobrança de tarifa de um serviço público. O primeiro projeto determinando o retorno da administração das rodovias ao DER é de autoria de Geraldo Cartário, do PSL. Um segundo projeto com idêntico objetivo foi apresentado pelos deputados Toni Garcia (PPB) e Augustinho Zucchi (PSDB), todos reconhecendo

que as concessões não apresentaram os benefícios alardeados pelo governo, mas criaram mais um ônibus para os usuários.

Subjudeice

Além da petição encaminhada na última quinta-feira pela Procuradoria da República, existem vários processos em tramitação na Justiça Federal, todos questionando o valor das tarifas e a legalidade das concessões. A juíza da 9ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, Luciana Veiga recebeu no último dia 6 a representação dos partidos políticos de oposição, pleiteando a anulação de todos os contratos. E os procuradores da Justiça Federal em Cascavel, Maringá, Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa já haviam ingressado com outras sete ações com o mesmo objetivo. Todas elas foram rejeitadas na primeira instância, dando margem a recursos que tendem a se arrastar por muitos anos.

O consultor jurídico do DER Maurício de Ferrante disse ontem que a Justiça Federal é soberana e tem prerrogativas para ouvir o Ministério Público ou não, qualquer que seja o processo em discussão. Se a juíza da 1ª Vara acolher a petição da Procuradoria da República o Estado será citado e estará apto a apresentar as suas provas sobre a correção que vem norteando as suas ações neste processo, culminando com a fixação de tarifas inferiores às que haviam sido autorizadas judicialmente. No momento só resta ao Estado aguardar a decisão da Justiça Federal.

(Milton Ivan Heller)”

Senhor presidente, senhores deputados, queria testemunhar neste Plenário que no dia primeiro de maio os transportadores de cargas desse país estarão fazendo uma manifestação ordeira, pacífica e dentro da legalidade.

Nós da Oposição estaremos em vários pontos estratégicos do nosso Estado, juntamente com os promotores de justiça para que não ocorram aquelas arbitrariedades, principalmente aqueles espancamentos que foram verificados no último movimento dessa categoria.

Toda a imprensa estará presente narrando, documentando e identificando aqueles que, numa ação de guerrilha, tiram os seus nomes funcionais como se estivessem lidando com marginais.

Estaremos filmando todas as ações que terá a Polícia do Estado do Paraná.

Quando o estatuto desta Casa nos oferecer a oportunidade pedimos aos deputados da Base Governista, para darmos o atestado de idoneidade, de lisura ao governo do Estado, deixe-nos fazer a CPI do Pedágio. Para mostrarmos os dois lados e não somente um lado que é divulgado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto as Lideranças dos Partidos: PFL, PTB, PT, Liderança das Oposições, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos representantes do Partido, bem como os referidos suplentes para comporem as Comissões Parlamentares de Inquérito dos Remédios, dos Supermercados e dos Combustíveis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 142/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu à Região Metropolitana de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a Emenda.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do estado e municípios. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, substitutivo geral de plenário, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Ricardo Maia, Carlos Simões, Hermas Brandão e Geraldo Cartário, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
PROJETO DE LEI Nº 226/99

O presente substitutivo geral altera a redação do Projeto de Lei 226/99, conforme a seguir:

“Art.1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado quando contratarem apresentações artísticas para eventos musicais, deverão garantir, prioritariamente, que 50% (cinquenta por cento) dos artistas contratados sejam radicados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Ricardo Maia, Carlos Simões, Hermas Brandão e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas, justificam-se inicialmente, conforme argumentos tecidos no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, relativamente a supressão das expressões “e dos municípios” e “no mínimo”.

Quanto à supressão da expressão “ficando revogadas as disposições em contrário”, foi motivada pela necessidade de aprimorar a técnica legislativa, segundo normas gerais sobre elaboração, redação e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar nº 95/98.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do deputado Carlos Simões, que descentraliza a expedição de cédulas de identidade civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, com apoio dos senhores deputados Valdir Rossoni, Hermas Brandão, Ricardo Maia e Geraldo Cartário, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 169/99

A presente emenda suprime, da redação original do projeto de lei, os §§ 1º a 4º do artigo 1º e a expressão revogadas as disposições em contrário do § 5º, que passará a vigorar como artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 24.04.2000.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoio:

Valdir Rossoni, Hermas Brandão, Ricardo Maia, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado, no § 3º, de 05 dias para o Poder Executivo expedir a cédula de identidade é incompatível com a natureza autorizatória da proposta legislativa.

Da mesma forma também são incompatíveis com projeto de lei autorizatório, as providências administrativas previstas nos §§ 1º, 2º e 4º haja vista que os dispositivos invadem competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

A supressão da expressão final do § 5º “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas pela Lei Complementar 95/98.

O projeto retorna à C.C.J..**Item 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº010/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia do Cigano. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

Item 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº028/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

Item 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº101/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o programa interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e combate à violência nas escolas da rede pública de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. , C.S.P E C.E.C.E. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 101/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, visa instituir o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate a Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, apresentamos Emenda Aditiva anexa, no

intuito de obter perfeita adequação e redação processual legislativa.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINO CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 101/99

Fica o artigo 11 deste projeto de lei acrescido em seu final, das expressões “revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINO CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 101/99

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate a Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Fundamentação

Sendo submetido a análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu Parecer Favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública se preocupa com a questão da violência nas escolas, que aumentam cada vez mais. Faz-se necessária a aprovação de tal proposição para que se possa, numa ação conjunta, atacar com eficácia o problema.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da emenda aditiva em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINO CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 101/99

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate

a Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes apoia, integralmente, o programa que visa enfrentar o problema da violência nas escolas da rede pública, que assume grande proporções em todo o Estado do Paraná, principalmente nos grandes centros.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P.. (Publ. nº 018, de 23.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 124/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA.

Trata-se de matéria autorizatória, portanto, simples gestão junto ao Poder Executivo, que não pode ser compelido a cumprir essa disposição porque não é coercitiva.

Cabe salientar que os exames de DNA eram custeados pelo Estado, quando havia determinação judicial nesse sentido, até pouco tempo, em função de um convênio entre a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e a Corregedoria da Justiça Estadual. Contudo, com o fim desse convênio, os processos em que figuram como partes, na investigação de paternidade, pessoas carentes têm sido suspensos até que o Estado libere verbas para esse fim.

Não havendo impedimento constitucional ou legal para a tramitação da matéria, somente temos a observar alguns termos constantes da justificativa do projeto de lei, para que sejam corrigidas e não constem dos Anais desta Casa.

Solicitamos seja suprimida a palavra “natural”, após a expressão “filho”, ao início da justificativa do projeto de lei em questão, porque a Constituição Federal, em seu Artigo 227, § 6º, proíbe designações discriminatórias relativas à filiação. Assim, lermos como “filho natural, adulterino” e outros, têm sua utilização proibida após a promulgação da Carta de 1988.

A Constituição Federal utiliza a denominação “filhos, havido ou não da relação do casamento, ou por adoção”.

Outra imperfeição constatada na justificativa é a utilização do termo “fidejussória”, que significa garantia

pessoal e não se aplica ao contexto, devendo portanto ser suprimido.

Isto posto, diante da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 124/99, somos de Parecer Favorável à tramitação do mesmo.

Sala das Comissões, em 27.04.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 124/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, objetiva autorizar o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA.

Sobre a matéria constatamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão, de acordo com o art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 124/99

P A R E C E R :

Trata o presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, de autorização do Poder Executivo no sentido de pagamento dos exames de DNA para ações ligadas a reconhecimento da paternidade para pessoas comprovadamente carentes.

Chamada esta Comissão de Saúde Pública a se manifestar, somos de parecer favorável, tendo em vista que o suprimento desta demanda da cidadania é efetiva responsabilidade do Poder Público Estadual, corolário do princípio constitucional do devido acesso à justiça para os carentes.

Assim, o presente projeto de lei atende, com exemplar exatidão, os requisitos de conveniência, pelo que, salvo melhor juízo, deve merecer aprovação desta comissão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, é um projeto de anseio da população do nosso Estado, especialmente os mais carentes, que hoje, por felicidade, vejo Vossa Excelência colocando na pauta em 1ª votação, e quero aqui agradecer a esta Presidência e por quanto, solicitar o apoio do Plenário e fazer registro do relator da C.C.J., deputado Antonio Carlos Belinati, que fez sugestões na correção do Parecer, que acolho e solicito à Mesa, que também as acolha para que possa constar nos Anais da Casa.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta de pagamento de taxa de permanência de veículos proprietários que regularizam multas no Detran e/ou no DER. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 041, de 11.05.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nestes órgãos.

Fundamentação

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se que a mesma fere a legislação federal, especificamente ao Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503/97, Lei nº 7.811/83. Ou seja, a primeira trata da apreensão como sanção penal e a outra dos custeios da autarquia em questão. A fonte de renda desta autarquia são as taxas, pois, multas não são fonte de custeio do Detran, sendo estas rateadas entre o município e o Funrestran.

Outrossim, o projeto vem desrespeitar o princípio da legalidade administrativa, que cita que o administrado deve ressarcir a administração pública pelo que deu causa. E sendo dever do Detran apreender os veículos pelo descumprimento de norma de trânsito, quando expressamente citado na norma e este tendo despesas e responsabilidade pela guarda do veículo apreendido, é justo que lhe seja dado ressarcimento. Hoje, esta taxa é de R\$7,22 por um dia/guarda.

Conclusão

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente a aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere a legislação federal.

Assim sendo, é o nosso Parecer Contrário a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de Estrada de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nesses órgãos.

A que cabe a esta comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer Favorável à aprovação do presente projeto de lei, pelas razões apresentadas em sua justificativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 232/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei visa isentar de pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e/ou do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nestes órgãos.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, segue o mesmo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, já que o projeto em análise é inconstitucional.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Contrário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 232/99.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/00, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Projeto Oásis - Programa de Apoio para Pessoas com Aids, no município de Arapongas, com sede e foro em Arapongas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 005, de 22.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 039/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública o projeto Oásis- Programa de Apoio para Pessoas com Aids, no município de Arapongas, com sede e foro em Arapongas.

Chamada esta comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Movimento Estudantil de Teatro Amador - Meta, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 018, de 20.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 072/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Movimento Estudantil de Teatro Amador - Meta, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobe a mesa, Requerimento nº 562, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 595 a 600, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 601, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 602, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 605 a 609, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 611, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 615, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 616, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 617 a 621, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 622 e 623, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 624, de autoria do senhor Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Hermes Fonseca, Angelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 625, de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, com apoio do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 610, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O senhor presidente anuncia, a pedido do senhor deputado Pastor Edson, a presença do deputado federal, Pastor Oliveira.

Anuncia também a presença do deputado federal, Janene.

Sejam bem-vindos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para logo após presente sessão, para promulgação de Emenda à Constituição Estadual.

A seguir, convido os senhores deputados para a Sessão Solene comemorativa aos “500 Anos do Descobrimento do Brasil”, a se realizar amanhã, dia 25 de abril, às quatorze horas e trinta minutos.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 016, 058 e 068/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2000.

“Pronunciamento Do Doutor
Marco Antonio Teixeira”

Empossado procurador geral
de Justiça do Paraná.

... Procuradoras e procuradores, promotoras e promotores de Justiça, senhoras e senhores.

Uma antiga história sobre a gratidão dizia que durante um naufrágio alguém lançou uma mesa para que uma das pessoas que se debatiam na água pudesse se salvar. Tempos depois, aquele homem que havia sobrevivido, muito grato, perguntou a seu benfeitor quanto custava a mesa. Pagou o valor da madeira e foi embora.

Quero iniciar por onde, em geral, terminam estas falas, pois pretendo que minha primeira expressão seja invocar a proteção e a graça de Deus. Após expressar o meu reconhecimento sincero, reconhecimento de quem tenta perceber o verdadeiro significado das ações humanas, que, tantas vezes, está para além do valor de uma simples mesa. Refiro-me aos colegas, pelo crédito e pela fé comum manifestada. Colegas que erguem no Paraná um dos melhores Ministérios Públicos do Brasil, ao Poder Executivo, na pessoa do senhor governador do Estado que, fiel a seu espírito público, subscreveu a indicação democrática da Classe, à digna Assembléia Legislativa, que, depositária desta mesma alma e ratificando suas honradas tradições, referendou tal manifestação, aos servidores desta Casa que a cada dia contribuem para fazer desta uma das instituições públicas de maior respeitabilidade no Paraná. Permito-me, ainda, dividir a serena alegria deste momento com minhas filhas, Lívia e Rachel, e com minha esposa, Conceição, ainda que imperfeito pai e marido, mas a quem destinei minha vida e o afeto de que é capaz meu peito. Por fim, peço a

bênção de meu pai e de minha mãe, sem os quais nada teria sido possível.

A classe uniu-se, mais uma vez, em torno do mesmo ideal. Foi ratificado um modelo de Ministério Público, aberto ao povo e altamente comprometido com seus interesses. Embora figura absolutamente eventual, foi-me entregue coordenar um processo de positiva intervenção social que apenas se torna possível através da autonomia institucional, prerrogativa irreversível na cronologia do moderno Ministério Público e que faz parte, sem dúvida, do cenário de conquistas políticas da nação em 1988.

O intangível e vivo patrimônio doutrinário, ideológico e moral que o Ministério Público do Paraná conseguiu amearhar no seu passado recente, e que deu feição ao seu presente, o faz, hoje conhecido e respeitado pelos cidadãos deste Estado, foi construído por gerações de promotores e procuradores de Justiça, anônima e perseverante, os quais, alterando o cotidiano das pessoas, executaram uma carpintaria socialmente revolucionária.

Dentre tantos homens extraordinários, se vislumbram vultos de ex-procuradores-gerais como o de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, predestinado precursor, que pagou com o cargo o preço da nossa autonomia administrativa, o de Luiz Chemim Guimarães, com quem se iniciam os primeiros e decisivos movimentos rumo à modernização do Ministério Público, o de Luiz Carlos Delazari, sob cuja condução se dá o difícil e fundamental rito de passagem para a nossa maturidade política institucional, o de Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que cogitou um Ministério Público que fosse modelo para o Brasil e o viu realizado, marca inconfundível do nosso crescimento material e ideológico, o de Gilberto Giacóia, que quis um Ministério Público unido, voltado corajosamente para aqueles eternos esquecidos sociais e o alcançou, sensível humanista, inteligência iluminada, incontestável líder nacional que protegeu o Ministério Público de saques constitucionais que, se levados a cabo, mutilariam a instituição na sua essência, Ministério Público para o qual se entregou com o ímpeto das grandes paixões, e que ele pagou o alto preço pessoal que cobra uma grande paixão, homem suave e generoso, que deixa em meu coração um eterno sinal.

Incumbe-nos a todos, pois, aprofundar o passo nesta estrada que nasce no nosso passado, dá grandeza ao presente e nos oferece a bússola para os dias que hão de vir.

Dizia a poucos dias o procurador de Justiça Eduardo Corrêa Braga, há muito incorporado ao nosso acervo afetivo, com a sabedoria que só a longevidade confere, sobre a atuação do promotor de Justiça: “sê humilde entre os humildes e independente entre os fortes”.

É uma inesquecível lição de como agir para uma vida inteira.

Não escolhemos opositores pela estatura política ou simplesmente por uma questão de afirmação inconstitucional, na nossa insígnia inexistem cores partidárias,

desconhecemos a arrogância para com os humildes e, acima de tudo, senhores, não vivemos sem independência. É o ar que respiramos.

Para resguardá-la, bem conhece o Ministério Público a trincheira de resistência contra os assalos à sua autonomia, contra toda sorte de violências e controles que visam, no fundo, a imposição de algemas legais para impedi-lo de atuar contra potentes interesses, alguns instalados em setores da administração pública, diques de ocasião para inibi-lo de arrostar esferas de poder que se recusam a uma revisão do pacto social que não seja exclusivamente patrimonialista.

Não se iluda a sociedade. Se o Ministério Público não puder agir profissionalmente, não puder ser independente, descontroem-se as bases de controle do próprio regime, porque congelamos o órgão para o qual se entregou constitucionalmente a defesa da democracia, da ordem jurídica e dos direitos indisponíveis do indivíduo e da coletividade.

Quero deixar claro, portanto, que não nos pouparemos a todos os enfrentamentos, onde e quando se fizer necessário, para assegurar, com a amplitude necessária, a liberdade de atuação desta instituição, bem maior e garantia dos cidadãos deste país.

Mas essa garantia de ação não encerra tudo que devo lhes dizer. Mais algumas palavras, certamente, são necessárias. O nosso trabalho cotidiano, aliás, é erguido com elas.

As palavras são como pequenos cofres que contém segredos, repletos de sons e de musicalidade, de estranhos sentidos, são parábolas da realidade. Na verdade, expressam elas, como pressentia Wittgeinstein, o limite do nosso mundo.

A maioria das coisas que verdadeiramente importam são invisíveis para os olhos, logo devem ser descritas com palavras.

São os nossos afetos e idéias, as nossas crenças, as nossas linguagens de vida individual e coletiva que, muitas vezes, o discurso acadêmico costuma esterilizar pelo distanciamento ou até mesmo a psicanálise reduzir à dimensão de uma gaveta mal chaveada na nossa mente.

Não obstante essas variáveis de interpretação, o Ministério Público se importa, na essência, exatamente com coisas assim, luta por elas, vive por elas.

Por isso, digo aos senhores e senhoras que a instituição a que pertença é única.

As dimensões mais profundas de sua atuação têm muito a ver com a humana dor, com o humano sentimento, com a humana indignação, e, principalmente, com humana esperança de Joões, Valdetes, Marias e Arlindos, que povoam ignorados e sofridos as ruas das cidades, que definham sob o sol inclemente dos canaviais, que quedam esquecidos nos grotões bravios, que padecem inocentes a ingrata sorte. O Ministério Público está misturado a este povo heróico de que fala o hino que há pouco ouvimos, um povo que tenta sobreviver em meio a enormes adversidades e isso é que, de fato, o torna

gigante pela própria natureza, numa terra onde se diz que “Deus é brasileiro, mas não quer se envolver...”

É nessa história tão brasileira que o Ministério Público do Paraná tem certeza ser possível plantar a esperança, ser possível semear uma vida melhor no calcinado chão dos enormes desertos de desigualdades que compõem a nossa geografia política e econômica. Uma história e redenção, na qual o promotor de Justiça tem que descer até o fundo das enfermidades sociais, até as profundezas sombrias das iniquidades de todo calibre que acometem principalmente aqueles que não têm colarinho branco. Leva o promotor de Justiça nessas tristes latitudes, e me vem aí uma imagem de Gláuber Rocha, leva apenas uma constituição na mão e, no peito, a coragem de fazer algo pela dignidade do seu semelhante.

Vale a pena recordar das velhas lições de latim, em que as palavras coragem e coração provêm da mesma raiz; assim também é conosco; essa é a raiz que nos ergue e a seiva que nos impulsiona.

Às portas abertas no Ministério Público a partir de 1988, criando alternativas de atendimento para a população, como na defesa do meio ambiente, da saúde pública, do consumidor, da criança e do adolescente, de defesa do patrimônio público, dentre tantas que há, outras se seguirão, sensíveis a grande demanda resultante da privação de direitos do cidadão, ouvindo o clamor que vem das calçadas e dos carregadores, do Paranapanema ao Rio Negro, perseguindo novas soluções.

De Borges vem a lembrança, já no fim de sua vida, de que àquela altura, pensava, podia esquecer todo o resto, pois, dizia ele: “chego a meu centro, a minha álgebra e minha chave, a meu espelho. Logo saberei quem sou” (Elogio da sombra).

Pois bem, o tempo de transformações porque passamos logo nos trará a revelação sobre quem somos na verdade, de que matéria-prima será feito o nosso futuro; qual a verdadeira matemática das nossas contas sociais, se o site que nos identificará será sempre miséria/corrupção/impunidade.com.br, se vamos conseguir fechar esta caixa de espantos que a cada dia nos aturde, se a moralidade e a probidade que quiséramos públicas, de fato têm conta corrente nas Ilhas Cayman, se é verdadeiro o silogismo proposto por Veríssimo de que “o país só é viável se metade de sua população não for”. Devemos, enfim, auscultar o ritmo de nossas palpitações coletivas e ver se ele bate compassado com as oscilações do índice Dow Jones, porque sem isso nada nos será possível.

É necessário resistir, portanto, e resistir é uma espécie de vitória que vem aos poucos contra aquilo que nos agride.

Silenciar não silenciemos. Silenciar é optar por aquilo que nos oprime.

Não sucumbir às formas indignas de vida humana compõe a lógica primária do Ministério Público que, por isso, está a criar um novo e singular processo de promoção da cidadania, perfeitamente identificável no mosaico sociológico brasileiro.

Faz parte desse papel atuar criticamente nas grandes inquietações que emolduram a crise existente no sistema legal em vigor. O Ministério Público, neste ponto, deve avançar contra a imagem do direito que se calcificou em certos círculos acadêmicos e que o tinha como um fim em si mesmo, ciência autônoma e longe das contradições do homem. Na verdade, o direito é filho dos apetites do mundo, é uma realidade cultural referida ao valor justiça. Ou, como ensinava Radbruch, o velho professor de Heidelberg, o Direito não é a própria justiça, mas apenas uma tentativa de alcançá-la. Por isso mesmo as portas da lei têm que ser mais largas para que todos possam ter acesso à justiça. Oferecer estrutura adequada de atenção a uma enorme demanda contida; há multidões que não podem ser atendidas nos seus pleitos, negação do estado de direito. Esta tarefa certamente, não se cumpre só com argumentos retóricos. É necessária a compreensão de que seu custo não é despesa, mas investimento. É vital recuperar a credibilidade do próprio sistema de distribuição de justiça, que não virá exclusivamente a partir de controles externos. Virá, por exemplo, de reformas processuais que abreviem a prestação jurisdicional, que eliminem o denso cipoal de recursos que faz as lides sobreviverem por anos a fio; virá com a revisão de todo o sistema de custas e taxas que afugentam os pobres dos fóruns e tribunais e acaba por submetê-los, indefesos, a todo tipo de injustiças.

O resto é paisagem.

É preciso, pois, que sobre uma aragem vivificadora no processo, recolocando como seu eixo central a figura humana e não a técnica fria. O processo foi feito para as pessoas e não o contrário.

No Paraná, cada promotor e cada procurador de Justiça, trabalha exatamente com essa perspectiva. Operam com a preocupação de que pessoas de carne e osso estão envolvidas em todos os processos e sofrerão os efeitos do que ali se decidir. O que os impressiona, então, não é apenas uma massa de papel tantas vezes minada de hermetismos e armadilhas processuais, por vezes tão intrincadas que são capazes de absorverem toda a atenção do operador mais desavisado, subtraindo-lhe o senso finalístico da lide. Pretendemos, portanto, ter uma visão menos formal da vida, vencendo a velha herança burocrática portuguesa que tão bem soubemos desenvolver na administração pública e no próprio campo jurídico, a ponto de quase nada no país se resolver sem pilhas de papel, dezenas de carimbos, longas filas, um pouco de má vontade e muita paciência.

O Ministério Público está envolvido irremediavelmente nas modificações sociais, políticas e econômicas que estão a se desencadear no país.

Há de se entender essa realidade e sobre ela lançar um olhar crítico. Ter uma concepção não determinista do nosso papel e destino, enquanto sociedade livre. Ou, na dicção mais crua de um aforismo contemporâneo: quando o direito não leva em conta a realidade, a realidade se vinga e ignora o direito.

E como está a nossa realidade?

Temos a deslegalização dos direitos coletivos, temos o desenfreado processo de desconstitucionalização que deixa sem anticorpos uma sociedade complexa, com elevados índices de violência e concentração de renda, onde quase tudo se resolve com a mágica das medidas provisórias. Temos, ainda, a criação de autênticos micro-Estados, em vários pontos do território nacional, governados por capitães do crime organizado e do tráfico de entorpecentes, que instituíram um novo e torpe direito do príncipe. Eles se pretendem imunes à ação da lei e de seus agentes e contaminam toda a coletividade com o medo, com o sentimento de impotência e com a revolta. Diga-se, e não de passagem, que a criminalidade e os seus efeitos sociais e econômicos cobram, por ano, 10% do PIB ao Brasil, algo em torno de 80 bilhões de reais, valor impagável que desfalca as políticas de atendimento básico; que desfalca a rala qualidade de vida dos brasileiros.

O Ministério Público, estejam certos, aprofundará ainda mais o exercício da ação penal, e não faltará, nesta quadra, à relevante responsabilidade que lhe cabe nesse processo de transe e sofrimento social.

Devemos nos libertar de velhas amarras dogmáticas para assumir posições de maior ousadia. Nestes dias, ninguém mais sustenta - seriamente - a neutralidade da ciência, aí incluída a própria ciência jurídica.

Louis Althusser, no começo da década de 80, desmistificava a justiça como sendo ela a mera expressão das idéias das classes dominantes, impostas à sociedade por artifícios ideológicos e métodos francamente retóricos.

Menos mal que a sociedade já começa a entender esse princípio motor.

Os brasileiros reivindicam, cada vez mais abertamente, respeito para si próprios, justiça rápida, reta conduta pública, exigindo o cumprimento de seus direitos fundamental pelo outro, principalmente quando o outro é o Poder Público.

Essa mudança positiva de comportamento aos poucos demonstra o abandono de padrões coloniais de passividade política que caracterizam a sociedade brasileira por muito tempo e que serviram de régua e compasso para essa grande engenharia de desigualdades que se chama Brasil.

E é justamente neste contexto que o Ministério Público deve contribuir para uma nova racionalidade, estimulando a consciência política e o exercício de direitos num País que não pode estar para sempre ao som do mar e à luz do céu profundo.

Não se trata, como poderiam censurar alguns, de pregar um romantismo ideológico um pouco anacrônico, mas compreender que há possibilidade de vida para além do discurso monetarista de Wall Street.

A antiga explicação de Max Weber, do triunfo do capitalismo pela ética protestante, hoje certamente um tanto ingênua, foi superada pela nova lógica mundial do

conflito norte/sul, que nada mais é do que uma edição revista e atualizada do apartheid econômico.

É preciso, portanto, que partilhemos algo que faça mais sentido que a onipotência do mercado, falsa visão da terra prometida.

A maratona desesperada de muitos para atingir o ar condicionado do 1º Mundo não os fez ver que o 2º Mundo já ruiu há alguns anos, quando tombou a última pedra do muro de Berlim. Passamos, ainda que por inércia, a ocupar um segundo lugar, mesmo que virtual, na busca do eldorado global e nem tínhamos percebido. Continuamos, mesmo assim, atrás do 1º Mundo de qualquer forma, a qualquer preço.

Pelo caminho vamos extraviando características de nacionalidade, de soberania cultural e de rica e inconfundível identidade em prol da inserção num grande rebanho planetário, que recorda as mais pessimistas visões de Schopenhauer.

É pedagógico, porém recordar que justamente no 1º Mundo tão almejado é que a velha serpente, mais uma vez, choca o seu ovo. A ultra-direita, na sua vitrina mais sombria, exhibe a face do neo-nazismo, que avança gradualmente como uma nova e ameaçadora peste sobre a humanidade.

É fundamental, portanto, a consciência crítica que a globalização, além das gravatas Hermès, traz sérios danos, potenciais e efetivos, à sobrevivência dos mais pobres, subclasse do gênero dos sem-direitos.

A miniaturização dos Estados nacionais, cuja matriz de governabilidade vem de fora para dentro, enfraquecidos em sua representatividade diante de seus cidadãos pela voraz interferência de organismos de financiamento internacionais e de corporações transnacionais, pode gerar o devastador efeito da migração de poder e de legitimidade. Ou seja, para figurar um cenário melancólico: as pessoas passam a constatar que o núcleo de poder não mais está inteiramente nas mãos de quem foi eleito democraticamente para exercê-lo e, o que é pior, passam a acreditar que esse fenômeno de transferência está correto, porque crêem não confiável a estrutura política do Estado. Quem tem razão é mesmo o Banco Mundial. A partir daí, pouco restará a fazer a não ser apagar as luzes dos parlamentos, fechar os portões do executivo, emparedar os tribunais. Estaremos lançados em algo que recorda o Admirável (e temido) Mundo Novo de Huxley.

Lembre-mos que para os miseráveis mais vale um mau Estado do que uma mega-corporação, que nunca olhará por eles, pois nada produzem e pouco consomem, não dão lucro, têm o péssimo hábito de ficarem doentes, custam muito em educação e previdência, são um estorvo para as vendas e para a imagem da companhia.

O contraponto do sistema é uma voz, como a de Dom Mauro Morelli, quando diz: “não temos que ter pena de uma criança faminta. É preciso pensar que ela é carne da minha carne e indignar-me, porque é a minha

humanidade que está sendo negada”. Essa palavra têm que nos tocar.

Sim, porque se nada nos tocar, nada nos fará mudar a vida das pessoas.

Já tarda perceber de que estamos a construir um belo país para as pessoas jurídicas e um país inviável para as pessoas físicas.

A maioria dos brasileiros, pessoas físicas, tem expectativa de consumo muito modesta, como a de conseguir um emprego qualquer, a de encontrar vaga para o filho numa escola pública, a de ter onde morar, qualquer lugar serve, a de não participar das estatísticas criminais, quer como criminoso, quer como vítima, a de não morrer na fila do pronto-socorro e, em muitos casos, a expectativa de consumo é, somente, a de sobreviver no dia seguinte. Alguns sequer isso conseguem.

Pode parecer que trata-se, apenas, de implementar políticas básicas, dar coisas simples para pessoas simples. Mas para nós do Ministério Público, isso é tudo.

Espremidos entre o consenso de Washington e o dissenso de Seattle, de fato, ainda não conquistamos o penhor da igualdade. As margens, antigamente plácidas, do Ipiranga hoje estão poluídas e entupidas de favelas. Os teus risinhos lindos campos têm poucas flores. Têm sem-terra, têm violência, têm êxodo rural, têm Bélgica desmatadas, têm agricultura transgênica. Mas és, Brasil, gigante pela própria natureza do teu PIB, fulguras como florão entre as maiores economias do planeta, contas com uma enorme produção de grãos, alimentos, bens e serviços e, no entanto, vês teus filhos morrerem de fome na fatura, reféns de uma contradição muito nossa.

Tanto quanto Fernando Pessoa, tens, Brasil, os teus heterônimos.

Pátria amada, mas nem por todos, onde, sob a imagem resplandecente do Cruzeiro, se invoca o interesse público para defender interesses pessoais ou de grupo. Pátria, substantivo feminino. Severina. Pátria dos efeitos especiais da corrupção, que passam em câmara lenta diante de nossos olhos. Impávido colosso, erguido por anônimas mãos migrantes. Beleza americana. Pátria dos resignados, dos que enfrentam as filas todos os dias, dos furtados na sua dignidade, dos que moram numa periferia que não passa nunca na novela das oito. Pátria nordestina que cruza apressada o Viaduto do Chá. Escândalo nosso de cada dia, orgulho soterrado. Pátria pedinte, que merece mais que os andrajos que dos contestáveis sobejaram. Pietá mulata que chora os filhos dispersos que jamais terá no seu regaço. Antítese de 160 milhões de habitantes. Deus e o diabo na terra do sol. Pátria dos que traem, novos Calabares para quem se reservou o nono e mais profundo círculo do inferno, mais isso parece que só acontece nas divinas comédias. Pátria que na comunicação de massa erotiza a tua infância e infantiliza os adultos. Macunaíma de gravata e relógio Rolex. Pátria dos que nunca de ti receberão consolo e pão, dos descalços, destes de que nunca fostes mãe gentil, mas que, ainda assim, por ti desafiam o peito a própria morte. Da

Amazônia que arde. Das multinacionais high tech. Teus pequenos cheirando cola embaixo dos viadutos. Tu, ingênua, cujo berço, na verdade, nunca foi esplêndido, mas a pobre enxerga dos maltratados que um dia te farão, enfim, repousar onde os bosques têm mais vida e a vida mais amores, que farão de ti um sonho intenso. Pátria que de camiseta rasgada sorri desdentada para a modernidade. Guernica cabocla. Tu, para sempre nossa mãe des-cuidada. Pátria amada, Brasil.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2000.

“Nota de esclarecimento”

Dr. Marco Antonio Teixeira
Procurador Geral de Justiça

Os levantamentos e conclusões que emergiam dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, quando de sua recente passagem no Estado, decorrentes de sua atuação democrática e constitucional ergueram o véu que encobria o cometimento de delitos da maior gravidade e, neles, o noticiado envolvimento de agentes policiais.

As complexas investigações que se seguiram e ainda prosseguem, inclusive revelando novos desdobramentos a cargo do Ministério Público e da autoridade policial estão a processar-se em profundidade e com o indispensável senso de responsabilidade, a fim de que a lei se cumpra e a população do Paraná sinta a efetividade da resposta das instituições públicas às quais se incumbiu a investigação, responsabilização e julgamento dos divulgados envolvimento criminosos.

A par das violações jurídicas causadas a bens, interesses e pessoas que se viram vítimas de tão nefastas atividades ilícitas, a própria sociedade restou chocada ante a capilarização e abrangência dos fatos e suas vinculações.

Críticas apressadas, provocações de baixa extração, tentativas de intimidação e ameaças dirigidas de forma reservada ou abertamente a membros do Ministério Público que atuam, sob risco de sua integridade física e da própria vida, na apuração dessas práticas, não resultarão no esmorecimento, interrupção ou sustação do dever funcional de persecução penal.

Não obstante medidas jurídicas reparadoras que possam ensejar tais ataques, é necessário publicamente repudiá-los e garantir que, independente dessas circunstâncias, em todos os casos nos quais houver suficientes fundamentos serão ajuizadas as respectivas ações penais, como aliás, já está a ocorrer.

A seriedade, rigor e visibilidade com que sempre promotores e procuradores de Justiça exerceram, profissionalmente, o seu papel no combate à criminalidade e à impunidade no Estado desmentem reações espasmódicas

de não esclarecidas intenções, pois a sociedade paranaense certamente conhece a realidade e enfrentar e confia no seu Ministério Público.

Marco Antônio Teixeira
procurador-geral de Justiça

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Paulo Fernando Speliwg, matrícula 755, endereço Av. Getúlio Vargas, 3163, bairro Água Verde, cidade de Curitiba, CEP: 80240-041 - PR, remuneração mensal estimada R\$510,00, CPF: 578.260.728-91, telefone: 242-0742, lotação: serviço médico, data de nascimento: 26/05/50.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: médico.

(Prot. nº 3040)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Paulo Fernando Speliwg

Mara Terezinha Mariotti, matrícula 40.919, endereço Rua 7 de Abril, 468, ap.11, bairro Alto da XV, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 392.274.219-04, telefone: 362-3828, lotação: gabinete deputado Chico Noroeste, data de nascimento: 21/10/60.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3041)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Mara Terezinha Mariotti

Gilberto Luiz de Lara Costa, matrícula 40.907, endereço Rua Euzébio da Motta, 47, bairro Alto da Glória, cidade de Curitiba, CEP: 86030-260 - PR, remuneração mensal estimada R\$420,00, CPF: 759.245.019-49, telefone: 252-1456, lotação: Diretoria Financeira, data de nascimento: 10/02/73.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo “A”.

(Prot. nº 3042)

Curitiba, em 14.04.2000.

(a) Gilberto Luiz de Lara Costa

Noeli Aparecida Esperanote, matrícula 40.282, endereço Rua Alberto Foloni, 407, ap. 41, bairro Centro Cívico, cidade de Curitiba, CEP: 80530-300 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 402.664.789-72, telefone: 9997-6717, lotação: Diretoria Geral, data de nascimento: 18/08/62.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3043)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Noeli Aparecida Esperanote

Valéria Cabral Romanus, matrícula 40.303, endereço Av. Erasto Gaertner, 2644 - Bloco 71, ap. 32, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba, CEP: 82515-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$580,80, CPF: 757.415.989-00, telefone: 357-9597, lotação: fisioterapia, data de nascimento: 01/08/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: fisioterapeuta.

(Prot. nº 3044)

Curitiba, em 13.04.2000.

(a) Valéria Cabral Romanus

José de Oliveira Carneiro, matrícula 40.013, endereço Rua Luiz Leduc, 257, bairro Vista Alegre, cidade de Curitiba, CPF: 258.892.739-49, telefone: 339-5543, data de nascimento: 30/06/41.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3045)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) José de Oliveira Carneiro

Elizabeth Barrozo Antunes, matrícula 40.438, endereço Rua Ortigueira, 972, bairro Pinhais, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 445.260.169-34, lotação: Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, data de nascimento: 27/12/51.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3046)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Elizabeth Barrozo Antunes

Sabina Dorotéia Casagrande, matrícula 40.364, endereço Rua Cascavel, 521, casa 1, bairro Boqueirão, cidade de Curitiba, CEP: 81670-180 - PR, remuneração mensal estimada R\$460,00, CPF: 502.100.689-49, telefone: 9981-3788, lotação: Cep., data de nascimento: 01/01/50.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3052)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Sabina Dorotéia Casagrande

Séres Salete Pessoa, matrícula 40.100, endereço Rua Brigadeiro Franco, 5567, bairro Engenheiro Rebouças, cidade de Curitiba, CEP: 80220-100 - PR, remuneração mensal estimada R\$675,48, CPF: 368.802.219-04, telefone: 332-7369, lotação: gabinete deputado Caíto Quintana, data de nascimento: 29/09/58.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: advogada.

(Prot. nº 3061)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Séres Salete Pessoa

Claudio Dziedzic, matrícula 40.196, endereço Al. Princesa Izabel, 2199, ap. 1, bairro Bigorrrilho, cidade de Curitiba, CEP: 80730-080 - PR, remuneração mensal estimada R\$500,00, CPF: 598.092.489-20, telefone: 9905-5277, lotação: CPD, data de nascimento: 03/09/66.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: regime único.

(Prot. nº 3144)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Claudio Dziedzic

Rosária Fátima Barwinski, matrícula 41.120, endereço Av. Iguazu, 2666, ap. 501, T II, bairro Água Verde, cidade de Curitiba, CEP: 80240-03 - PR, remuneração mensal estimada R\$583,30, CPF: 663.934.699-00, telefone: 342-5497, lotação: serviço médico, data de nascimento: 13/08/63.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: farmacêutico "A".

(Prot. nº 3143)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Rosária Fátima Barwinski

Deocar Antunes de Lima, matrícula 40.388, endereço Av. Silva Jardim, 1795, bairro Água Verde, cidade de Curitiba, Paraná, remuneração mensal estimada nível S4, CPF: 369.635.379-49, telefone: 224-2535, lotação: gabinete deputado Orlando Pessuti, data de nascimento: 15/04/60.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível S4.

(Prot. nº 3055)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Deocar Antunes de Lima

Luciane Bontorim, matrícula 40.625, endereço Rua Nossa Senhora de Nazaré, 1112, bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP: 82560-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 580.627.779-87, telefone: 256-3629, lotação: Diretoria Geral, data de nascimento: 28/09/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3152)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Luciani Bontorim

Vanessa Ferrer Machado, matrícula 40.779, endereço Rua Carneiro Lobo, 323, ap. 181, bairro Batel, cidade de Curitiba, CEP: 80240-240 - PR, remuneração mensal estimada R\$643,72, CPF: 628.707.939-87, tele-

fone: 335-6446, lotação: comissões, data de nascimento: 26/05/62.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3151)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Vanessa Ferrer Machado

José Devanir Bordignon, matrícula 40.796, endereço Av. Santos Dumont, 463, bairro Centro, cidade de Faxinal, CEP: 86840-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 240.178.929-49, telefone: (043) 461-2073, lotação: Diretoria Geral, data de nascimento: 27/11/54.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3146)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) José Devanir Bordignon

Lúcia Falqueviz de Lima, matrícula 40.389, endereço Av. Silva Jardim, 1785, bairro Rebouças, cidade de Curitiba, PR, CPF: 651.033.439-91, telefone: 224-2535, lotação: gabinete do deputado Tiago Amorim, data de nascimento: 21/06/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3177)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Lúcia Falqueviz de Lima

Elizabeth Bertolini, matrícula 40.950, endereço Rua Deputado Mario de Barros, 1035, Bloco C, bairro Centro Cívico, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$420,00, CPF: 502.100.769-68, telefone: 9972-5307, 252-9232, lotação: DCE, data de nascimento: 08/06/57.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3176)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Elizabeth Bertolini

Sulul de Fátima Pohl, matrícula 40.061, endereço Rua Estados Unidos, 1733, Bloco 503, bairro Cabral, cidade de Curitiba, CEP: 82500-30 - PR, remuneração mensal estimada R\$608,00, CPF: 392.154.239-15, telefone: 352-2152, lotação: DSE, data de nascimento: 08/12/59.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3175)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Sulul de Fátima Pohl

Lúcia Goulart Martins da Silva, matrícula 40.221, endereço Rua Theodoro Gbur, 193, bairro Bacacheri, cidade de Curitiba, CEP: 82600-280 - PR, remuneração mensal estimada R\$470,00, CPF: 519.547.539-34, telefone: 256-8787, lotação: CPD, data de nascimento: 28/06/63.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3174)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Lúcia Goulart Martins da Silva

Clotilde Candeo, matrícula 40.324, endereço Rua Wasginton Mansur, 75, bairro Ahu de Baixo, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$460,00, lotação: DA, data de nascimento: 22/07/41.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3185)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Clotilde Candeo

Valéria Lima Barauhuk, matrícula 40.634, endereço Rua Pres. Taunay, 1065, bairro Champagnat, cidade de Curitiba, CEP: 80430-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 749.361.749-04, data de nascimento: 10/11/68.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato

da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3182)

Curitiba, em 19.04.2000.

(a) Valéria Lima Barauhuk

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nº s 540/99 e 061/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza o efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nº s, 354/99, 440/99, 538/99, 549/99 e 090/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza o efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Carlos Simões apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 649/99, 056/2000, 058/2000, 068/2000 e 070/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza o efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Nereu Moura, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Antonio Belinati, Carlos Simões, Ademir Bier e Elio Rusch. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 055/2000, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 010/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 054/2000, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 040/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 023/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 094/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk -

APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, conforme emenda em anexo - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. O deputado relator Nereu Moura requer diligência - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 093/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 075/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 11.552, de 02 de outubro de 1996. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 026/95, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Hermes Fonseca, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati e Algaci Tulio. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária